

**PERSISTÊNCIA E MIGRAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS E CONSTANTINA/RS****PERSISTENCE AND MIGRATION IN FAMILY AGRICULTURE: ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES OF SÃO LUIZ GONZAGA/RS AND CONSTANTINA/RS****PERSISTENCIA Y MIGRACIÓN EN LA AGRICULTURA FAMILIAR: ANÁLISIS DE LOS MUNICIPIOS DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS Y CONSTANTINA/RS**Ricardo Marian Tiherro<sup>1</sup><https://orcid.org/0000-0002-9289-312X>Everton Lazzaretti Picolotto<sup>2</sup><https://orcid.org/0000-0003-4199-5553>**Submissão: 30/09/2022 / Aceito: 26/01/2022 / Aceito: 25/02/2022.****Resumo**

A migração ocorre como uma estratégia utilizada por alguns membros das famílias rurais para manter a reprodução familiar, tendo em vista que os ganhos da propriedade não garantem o sustento da família, além de outros fatores que podem interferir nesta decisão. Sendo assim, o objetivo do estudo procurou compreender a situação do meio rural dos municípios de São Luiz Gonzaga/RS e Constantina/RS frente aos aspectos que conduzem ao processo migratório de membros das famílias agricultoras, especialmente os jovens e a dinâmica que se estabelece entre os que ficaram e os que saíram. O estudo se baseia em revisão da bibliografia sobre o tema, dados do Censos Agropecuário e Demográfico do IBGE e, no caso do município de Constantina, foi analisado um levantamento realizado pela prefeitura com os migrantes que saíram do município. Como principais resultados, é possível perceber que ambos os municípios possuem um índice de migrantes relevante, principalmente se comparado com municípios maiores de suas regiões. O sexo feminino é o que mais tem migrado do meio rural, comprovando o fato já levantado em diversos estudos anteriores. Apesar disso, são mantidos laços de quem migra com aqueles que permanecem no local de origem, seja uma relação de ajuda, dependência, ou até mesmo uma relação social e cultural.

**Palavras-chave:** Migrantes. Estratégia. Reprodução familiar. Trabalho. Local de origem.

**Abstract**

Migration occurs as a strategy used by some members of rural families to maintain family reproduction, considering that property gains do not guarantee the family's livelihood, in addition to other factors that may interfere with this decision. Thus, the

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: ricardotiherro@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Agricultura e Movimentos Sociais - TRAMAS/UFSM. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: everton.picolotto@ufsm.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



objective of the study sought to understand the situation of the rural environment in the municipalities of São Luiz Gonzaga/RS and Constantina/RS in relation to the aspects that lead to the migratory process of members of farming families, especially young people, and the dynamics that are established among those who stayed and those who left. The study is based on a review of the bibliography on the subject, data from the IBGE Agricultural and Demographic Census and, in the case of the city of Constantina, a survey carried out by the city hall with migrants who left the city was analyzed. As main results, it is possible to notice that both cities have a relevant migrant rate, especially when compared to larger cities in their regions. The female sex is the one that has migrated the most from rural areas, proving the fact already raised in several previous studies. Despite this, ties are maintained between those who migrate and those who remain in their place of origin, whether it is a relationship of help, dependence, or even a social and cultural relationship.

**Keyword:** Migrants. Strategy. Family reproduction. Work. Place of origin.

### Resumen

La migración ocurre como una estrategia utilizada por algunos miembros de las familias rurales para mantener la reproducción familiar, considerando que las ganancias de propiedad no garantizan el sustento de la familia, además de otros factores que pueden interferir con esta decisión. Así, el objetivo del estudio buscó comprender la situación del medio rural en los municipios de São Luiz Gonzaga / RS y Constantina / RS en relación a los aspectos que conducen al proceso migratorio de miembros de familias campesinas, especialmente jóvenes, y las dinámicas que se establecen entre los que se quedaron y los que se fueron. El estudio se basa en una revisión de la bibliografía sobre el tema, datos del Censo Agropecuario y Demográfico del IBGE y, en el caso de la ciudad de Constantina, se analizó una encuesta realizada por la alcaldía con migrantes que salieron de la ciudad. Como principales resultados, es posible notar que ambas ciudades tienen una tasa de migración relevante, especialmente cuando se las compara con las ciudades más grandes de sus regiones. El sexo femenino es el que más ha migrado desde el medio rural, lo que demuestra el hecho ya planteado en varios estudios previos. A pesar de ello, se mantienen lazos entre quienes migran y quienes permanecen en su lugar de origen, ya sea una relación de ayuda, dependencia, o incluso una relación social y cultural.

**Palabras Clave:** Migrantes. Estrategia. Reproducción familiar. Trabajo. Lugar de origen.

## INTRODUÇÃO

As dinâmicas socioeconômicas do campesinato e da agricultura familiar são objetos de diferentes interpretações. Estudos clássicos sobre o campesinato observaram que com o avançar do capitalismo no campo o seu fim era iminente, tendo em vista as supostas desvantagens econômicas da unidade familiar camponesa quando confrontada com a concorrência das empresas capitalistas na agricultura (teses dos marxistas Kautsky, Lênin e dos liberais). Outros autores, partindo de diferentes lugares teóricos, atentam para a racionalidade própria do grupo doméstico camponês, que este não é

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

regido pela lógica do mercado capitalista, sendo a família que trata diretamente da organização do empreendimento produtivo, do trabalho necessário e visa satisfazer primeiramente as necessidades familiares. Mas, identificavam também desvantagens neste modo de organização econômica: ela possuía dificuldades de suprir as necessidades de produção agropecuária das sociedades modernas e urbanizadas, uma vez que, parava de produzir quando atendia os padrões subjetivos considerados satisfatórios pelo grupo doméstico (Chayanov, Wolf e Mendras) (ABRAMOVAY, 1992; LAMARCHE, 1993; WANDERLEY, 1996; 2003; PICOLOTTO, 2014).

Estudos contemporâneos têm-se ocupado não mais em mostrar a viabilidade econômica da agricultura familiar e do campesinato, tendo em vista que sua presença atual é evidente e resultada de adaptações deste modelo camponês/agricultor familiar ao mundo moderno e aos mercados agroalimentares, mas em mostrar a lógica econômica destes empreendimentos familiares, as suas vantagens e adaptações em diferentes contextos econômicos (capitalismo avançado, dependente, economias socialistas, etc.) (LAMARCHE, 1993; ABRAMOVAY, 1992; WANDERLEY, 1996, 2003) e como um modelo de agricultura que é a principal alternativa aos “impérios agroalimentares” (PLOEG, 2008) e ao modelo do agronegócio (SAUER, 2009; HEREDIA et al, 2010).

No entanto, mesmo as abordagens sobre a dinâmica socioeconômica da agricultura familiar e do campesinato têm dificuldades para conceber adequadamente qual a extensão da contribuição socioprodutivas destas unidades econômicas familiares e as contribuições extraeconômicas ofertadas gratuitamente para a sociedade local, nacional e, até mesmo, internacional. As famílias agricultoras não ofertam somente os produtos agrícolas que produzem no mercado, elas também oferecem força de trabalho acessória (ou permanente) para outras explorações rurais (especialmente para as grandes) e para atividades não agrícolas no meio rural ou urbano, geralmente com baixa remuneração, tendo em vista que as famílias agricultoras já provém uma boa parte das rendas e alimentos necessários para a subsistência do grupo doméstico (MARTÍNEZ VALLE, 2021; SILVA; VERÇOZA, 2020; LERMEN; PICOLOTTO, 2020; RIELLA; MARESCONI, 2015; BARTRA, 2013; MENEZES, 1994 e MENEZES; COVER, 2015).

Muitos trabalhadores destas famílias, inclusive, migram alguns meses ou parte do ano, para outros municípios ou estados para atuar nas safras. Mas, tem mais uma contribuição realizada, geralmente, de forma gratuita e não contabilizada. As famílias

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

agricultoras fazem muitos esforços para formar seus filhos em escolas técnicas ou até mesmo no ensino superior e, simplesmente, estes filhos altamente qualificados, geralmente, se inserem em outras atividades econômicas urbanas (PICOLOTTO; MARIN, 2018), não trazendo benefícios diretos para a família e a comunidade rural.

As migrações são estudadas por diversas áreas do conhecimento, fato que, se ao mesmo tempo se torna uma terra de ninguém, é desenvolvida uma necessidade interdisciplinar em sua abordagem, buscando tornar a análise mais complexa e mais próxima da realidade (SAYAD, 1998). Além disso, o tema, historicamente vem sendo transformado por historiadores, geográficos, demográficos que visualizam os deslocamentos em suas dimensões econômica, política e cultural, antes deste tema ser retomado objeto da sociologia. Durham (1978) foi pioneira sobre a migração, tendo em vista que procurou apresentar os sentidos adicionais da noção de família. A autora apresenta a migração como um fenômeno viabilizado pelo padrão tradicional das relações, sendo a família como o suporte fundamental do migrante que se estabelece em terras diferentes, mas que integra também sua adaptação a novos valores impostos pela cidade grande e pelo meio urbano industrializado. Sendo assim, os migrantes conseguem se deslocar com o suporte da rede de pares, e são levados pelo desejo de melhorar as condições de vida no meio urbano, o que exige a aquisição de novos códigos de conduta que convivem ou entram em tensão com os antigos.

Neste sentido, a migração é uma estratégia utilizada tanto por pequenos proprietários quanto por rendeiros e moradores, entretanto, ter a propriedade da terra ou não, determina algumas diferenciações no processo de migração (MENEZES, 1994). O pequeno proprietário quando não consegue garantir a reprodução familiar só com o que produz em sua própria terra, se obriga a executar outros tipos de trabalho complementares. Conforme a precariedade das alternativas locais e a existência de melhores possibilidades de trabalho em condições comparativamente melhores em relação às locais, a família acaba sendo forçada a executar a migração como uma estratégia de sobrevivência. A autora acrescenta que “a migração não é tratada aqui simplesmente como êxodo rural, ou seja, a migração sem retomo, definitiva, do campo para a cidade, mas migração no seu sentido mais dinâmico, onde há um movimento do campo para a cidade, da cidade para o campo, do campo para o campo” (MENEZES, 1994, p. 30). Sendo assim, o campo e a cidade não são considerados como duas



realidades estanques, mas sim realidades que se encontram interligadas em diversos sentidos.

Na perspectiva deste rural interligado ao urbano, Bartra (2013) visualiza o migrante rural como um “novo camponês”, capaz de se inserir no universo fora de seu local de origem, transformando-se em um ser social com ideais amplos, tendo em vista que procura na sociedade capitalista moderna uma forma de escape, ou seja, uma forma de sobrevivência e reprodução familiar. De acordo com a visão do autor, o agricultor familiar é hoje moldado para enfrentar diversas situações, além de encarar os desafios da modernização, ou seja, encontrar uma forma de mudança sem perder seus ideais e características de origem. Em certos momentos a migração ocorre pela falta de condições de subsistência, acontecendo então a busca pelo sustento familiar, tanto de quem migra, e até mesmo de quem permanece, seja por dinheiro, serviços de saúde e influências culturais, entretanto, conservam suas raízes e a sua identidade. Estas condições proporcionam aos migrantes a manutenção dos vínculos com quem permanece no local de origem, sendo esta relação pautada por fatores econômicos, sociais, culturais, entre outros.

Os municípios de São Luiz Gonzaga, localizado na região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul e Constantina, situada no Norte do mesmo estado são casos interessantes para serem estudados em relação ao índice migratório da população rural, especialmente os jovens e a dinâmica de manutenção de vínculos dos migrantes com as famílias que ficam. Enquanto o primeiro município tem índices maiores de concentração da propriedade das terras, o segundo é menos desigual, se caracterizando pela prevalência de pequenas e médias propriedades (somente dois estabelecimentos possuem mais de 200 ha) (IBGE, 2019).

Nesta perspectiva, o objetivo do estudo pretende compreender a situação do meio rural dos municípios de São Luiz Gonzaga e Constantina/RS frente aos aspectos que conduzem ao processo migratório de membros das famílias agricultoras, especialmente os jovens e a dinâmica que se estabelece entre os que ficam e os que saíram.

Em termos metodológicos, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica e análises dos dados dos Censos Agropecuário e Demográfico e, no caso de Constantina, há também a análise de um levantamento sobre diferentes aspectos das condições dos migrantes do município realizado pela Prefeitura. Appolinário (2011) considera que

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

existem muitas formas para efetuar a coleta de dados em uma pesquisa, isso ocorre devido ao fato de existirem diversas possibilidades quanto aos instrumentos de pesquisa. A coleta da bibliografia e dos dados foi realizada durante o período de vigência das restrições da pandemia da Covid-19, portanto, centrou-se em dados secundários e nos materiais bibliográficos disponíveis nas plataformas digitais, os quais serviram como base para a discussão do tema e alcance do objetivo proposto no estudo. Sendo estes, artigos de periódicos, livros, artigos presentes em anais de eventos, entre outros.

### **CARACTERÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS E DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Primeiramente, necessita-se entender as diferentes noções sobre o termo agricultura familiar, assim como, os demais termos utilizados para se referir a esta classe de trabalhadores rurais. Destaca-se que, apesar dos diversos termos como, pequeno produtor, camponês, novo camponês, o presente estudo utiliza como principal referência o termo *agricultura familiar*. Inicialmente, cabe salientar que a emergência da noção de agricultura familiar no Brasil não apenas substituiu o termo pequena produção (que era predominantes até os anos de 1980-90) por outro equivalente, mas promoveu um deslocamento teórico e de sentido sobre o que representaria este segmento de agricultores.

No geral, os trabalhos tomavam um enfoque teórico negativo sobre a pequena produção (inspirados especialmente Lênin, Kautsky e economistas liberais), vindo a identificar que estava em vias de desaparecimento com o avançar das relações capitalistas no campo, a desintegração do campesinato e a generalização do assalariamento (WANDERLEY, 2003). A partir do final da década de 1980 e principalmente durante a de 1990 alterou-se o direcionamento das investigações e os enfoques teóricos, momento em que passou a predominar o uso da noção de agricultura familiar. Os trabalhos passavam a não mais buscar somente a condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura (indícios do seu fim eminente), mas a procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva (PICOLOTTO, 2014).

O artigo de Kageyama e Bergamasco (1989) teve o mérito de fazer um recorte inovador na análise dos dados do Censo Agropecuário de 1980 introduzindo a variável do trabalho familiar para classificar os estabelecimentos agropecuários que faziam uso

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v5i113/1.0138> | Edição Vol. 51, Num. 51, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

de gestão e trabalho contratado das que não separavam a gestão e trabalho, exercidos pela família agricultora. Abramovay (1992) e Veiga (1991), procuraram mostrar como a configuração da moderna agricultura dos países do capitalismo central se apoiou em uma forma social de organização do trabalho e de empresa específica: a “empresa familiar”.

Seguindo um caminho um pouco diferente, os dois livros que são resultado de uma pesquisa internacional coordenada por Lamarche (1993; 1998) e o artigo de Wanderley (1996) mostraram a diversidade de configurações que a agricultura familiar pode assumir em diferentes países. Ao contrário do que defendem Abramovay e Veiga, Wanderley argumenta que o agricultor familiar não é um personagem novo na sociedade contemporânea (produto da ação do Estado) desvinculado do seu passado camponês, mas, ao contrário, os agricultores familiares seriam portadores de elementos de ruptura com o seu passado camponês ao mesmo tempo em que mantêm algumas continuidades.

Bartra (2013) também traz para a discussão o termo “novo camponês. O autor parte da lógica de que o camponês tradicional teve que se adequar aos diversos fatores do capitalismo, transformando-se em um sujeito mais aberto e adaptável ao mundo moderno (um “transeunte”), o chamando de *novo camponês*. A batalha do campesinato é um embate contra a proletarização, ou seja, contra o decorrente processo de empobrecimento ocorrido no México, assim como em outros países, como o Brasil.

Com isso, Bartra (2013) argumenta que o novo camponês enfrenta hoje decisões difíceis que não são encaradas pelos empregados urbanos e nem pelos operários. O grande desafio enfrentado hoje é o caminho da modernidade, ou seja, descobrir uma forma para a mudança sem perder os ideais e as características camponesas. Destaca-se que, pela falta de condições adequadas de subsistência, muitos camponeses tornam-se imigrantes, desse modo, sustentam seus familiares com dinheiro, mantimentos e abrem novas possibilidades para a sua reprodução social, todavia, conservam ainda suas raízes e sua identidade. Como no Brasil o termo mais consolidado é o da agricultura familiar, preferimos usar ele no artigo e cotejá-lo com as reflexões trazidas por Bartra (2013) e outros autores.

Nas sociedades tradicionais, segundo Wanderley (2000), se percebe que as relações entre o meio urbano e o meio rural eram visualizadas como relações de isolamento ou de oposição, ou seja, o meio rural era identificado como um lugar da

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

agricultura e da vida social camponesa, diferentemente da cidade, a qual era considerada como um “meio técnico”. Apesar disso, a autora ressalta que o meio rural nas sociedades modernas é um novo espaço diversificado e livre dos pensamentos tradicionais rurais. A autora menciona o surgimento de uma nova sociedade, onde alguns fatores criaram as condições para que as populações rurais e urbanas passassem a interagir diretamente em diferentes dimensões da vida social. Sendo assim, explica-se que: com a população agrícola em ascensão, ao mesmo tempo em que se reduzem a população ocupada na agricultura, a diversidade econômica é seguida de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais.

Associado a este contexto está o município de São Luiz Gonzaga, localizado na região Noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente, o município faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Missões/RS. Segundo Paiva (2004), regiões onde mais de 30% do Valor Adicionado Bruto (VAB) é gerado na agropecuária são considerados tipicamente rurais. Percebe-se que a participação total na composição do VAB do COREDE Missões resulta em 51%, sendo assim, este COREDE é majoritariamente rural. Segundo os resultados do Censo Agropecuário disponibilizado pelo IBGE (2019), o município possui 1.265 estabelecimentos agropecuários e 114.192 mil hectares de área produtiva. Da mesma forma, encontra-se o município de Constantina, o qual está incluso no COREDE Rio da Várzea. O Censo Agropecuário (2019) aponta que o município possui 824 estabelecimentos com 17.152 mil hectares. A base desses estabelecimentos é a agricultura familiar, principalmente em função de características fundiárias de pequenas e médias propriedades que possuem a mão de obra da família para gerenciar e manter a propriedade ativa (BRIXIUS; AGUIAR; MORAES, 2006).

Todavia, o Censo Agropecuário de 2017 demonstra que a concentração de terras ainda permanece entre as propriedades de grande porte, principalmente no município de São Luiz Gonzaga, já que em Constantina as propriedades se mantêm em um nível menos concentrado. Assim, o tamanho dos estabelecimentos maiores é diferente entre os dois municípios, já que alguns estabelecimentos possuem mais de 1.000 hectares em São Luiz Gonzaga, e em Constantina não passam de 500 hectares, apesar do número de estabelecimentos ser em grande parte da agricultura familiar, esta não detém a maior parcela de área produtiva dos municípios. A Tabela 1 apresenta a comparação entre o

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Censo Agropecuário de 2006 com o Censo de Agropecuário de 2017, especificando ainda mais estes dados.

Conforme apresentado, em Constantina é possível visualizar uma diminuição no número de estabelecimentos agropecuários, principalmente os que possuem entre 5 a 20 hectares. Em contrapartida nota-se o surgimento de algumas propriedades maiores no Censo Agropecuário de 2017, evidenciando que, a extinção de algumas propriedades de pequeno porte deu espaço para o surgimento de algumas propriedades com tamanhos mais elevados. Da mesma forma, a área total dos estabelecimentos também diminuiu entre 2006 e 2017, contudo, aumentou-se a concentração das terras entre as maiores propriedades, sendo que, as propriedades acima de 100 hectares somam 13,91% da área produtiva, em contrapartida, os estabelecimentos menores somam apenas 1,88% do total da área produtiva em 2017.

Em relação ao município de São Luiz Gonzaga, os resultados demonstram que o número de estabelecimentos aumentou, contudo, os estabelecimentos com menos de 5 hectares representam apenas 0,57% da área produtiva, enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 hectares, acumulam 40,57% do total. No Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares acumulavam 27%,52% da área produtiva, tendo em vista que, havia menos estabelecimentos de grande porte. Tal fato evidencia um aumento significativo na concentração fundiária do município, pois apesar de haver uma grande variedade de estabelecimentos e um número expressivo de propriedades menores, estas acabam tendo que efetuar sua reprodução familiar de maneira limitada.

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e Área por estrato, Constantina e São Luiz Gonzaga/RS, 2006 e 2017

| Estratos<br>(ha) | Constantina |      |       |       |      |       | São Luiz Gonzaga |      |      |       |      |      |
|------------------|-------------|------|-------|-------|------|-------|------------------|------|------|-------|------|------|
|                  | 2006        |      |       | 2017  |      |       | 2006             |      |      | 2017  |      |      |
|                  | Unid.       | Área | %     | Unid. | Área | %     | Unid.            | Área | %    | Unid. | Área | %    |
| Menos de 5       | 130         | 324  | 1,87  | 147   | 323  | 1,88  | 185              | 485  | 0,44 | 317   | 650  | 0,57 |
| 5 a 20           | 613         | 6863 | 39,69 | 405   | 4531 | 26,42 | 485              | 5814 | 5,33 | 506   | 6308 | 5,52 |
| 20 a 50          | 248         | 7064 | 40,86 | 191   | 5611 | 32,71 | 222              | 6263 | 5,74 | 224   | 6503 | 5,69 |
| 50 a 100         | 41          | 2600 | 15,04 | 65    | 4300 | 25,07 | 75               | 5096 | 4,67 | 62    | 4373 | 3,83 |

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

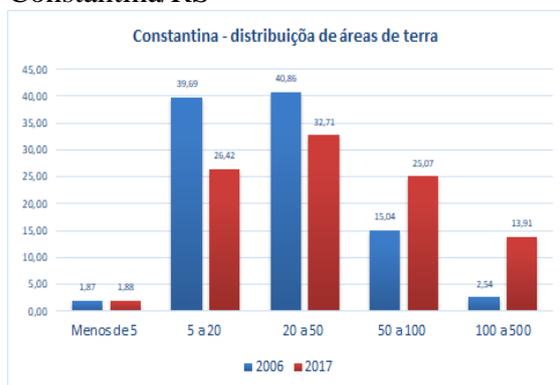
|              |             |              |              |            |              |            |             |               |             |             |               |             |
|--------------|-------------|--------------|--------------|------------|--------------|------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| 100 a 200    | 2           | X            | X            | 14         | 1786         | 10,41      | 66          | 8977          | 8,23        | 39          | 5354          | 4,69        |
| 200 a 500    | 1           | X            | X            | 2          | X            | 3,5        | 83          | 24313         | 22,30       | 53          | 17079         | 14,96       |
| 500 a 1000   | 0           | 0            | 0            | 0          | 0            | 0          | 42          | 28089         | 25,76       | 39          | 27601         | 24,17       |
| 1000 a 2500  | 0           | 0            | 0            | 0          | 0            | 0          | 13          | 18734         | 17,18       | 20          | 29013         | 25,41       |
| Mais de 2500 | 0           | 0            | 0            | 0          | 0            | 0          | 3           | 11277         | 10,34       | 5           | 17311         | 15,16       |
| <b>Total</b> | <b>1035</b> | <b>17290</b> | <b>97,46</b> | <b>824</b> | <b>17152</b> | <b>100</b> | <b>1174</b> | <b>109048</b> | <b>100%</b> | <b>1265</b> | <b>114192</b> | <b>100%</b> |

Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, Censos Agropecuários (2006; 2017).

Os gráficos 1 e 2 evidenciam de forma ainda mais clara a evolução da distribuição de área produtiva nos dois municípios estudados entre os Censos de 2006 e 2017. Pode-se notar que os dois municípios apresentaram alterações significativas na proporção de distribuição de área frente aos estabelecimentos presentes em cada localidade.

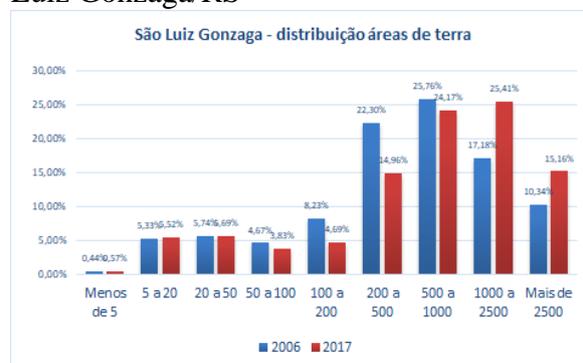
De acordo com os Censos, em 2006 Constantina possuía 40,80% da área dos estabelecimentos rurais entre as propriedades de 20 a 30 hectares. Outro destaque era para as propriedades entre 5 a 20 hectares, as quais também somavam 39,69% do total

Gráfico 1 – Distribuição de área dos estabelecimentos agropecuários de Constantina/RS



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, Censos Agropecuários (2006; 2017).

Gráfico 2 – Distribuição de área dos estabelecimentos agropecuários de São Luiz Gonzaga/RS



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE, Censos Agropecuários (2006; 2017).



da área, basicamente a concentração estava entre estas propriedades. Contudo, as propriedades menores de 5 hectares representavam uma parcela ínfima em relação à área, apesar de serem um número bastante significativo. Em comparação com o Censo Agropecuário de 2017, foi possível perceber que não houve um aumento elevado na área dos estabelecimentos menores de 5 hectares, contudo, os estabelecimentos entre 5 a 50 hectares perderam força e também área produtiva, dando espaço para as propriedades entre 100 a 500 hectares, as quais passaram a representar 13,91% do total da área produtiva do município, como já dito anteriormente. Estes números contrastam em parte com o que é encontrado no município de São Luiz Gonzaga, o qual possui uma concentração fundiária bem mais elevada, demonstrando uma dispersão bastante significativa entre as pequenas propriedades (que são a maioria) e os grandes estabelecimentos (que são a minoria, mas que detém a maioria das áreas). Constatou-se que entre os Censos de 2006 e 2017 houve uma diminuição na área dos estabelecimentos menores, apesar do crescimento numérico dos que tem até 50 ha (da agricultura familiar) e uma elevação na área produtiva das grandes propriedades, sendo que, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares acumulam mais de 40,57% de toda a área produtiva do município. Sendo assim, fica evidente a maior concentração fundiária no município de São Luiz Gonzaga do que o de Constantina.

Diante da falta de área produtiva disponível nas pequenas propriedades nos dois municípios, outros fatores também necessitam ser analisados, tais como a gerência das propriedades, sendo que, isso, segundo a literatura (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; SILVESTRO et al., 2001; STROPASOLAS, 2006; PICOLOTTO; MARIN, 2018), possui um impacto direto com a vontade de migrar do meio rural ou persistir na atividade. A Tabela 2 evidencia a questão da gerência dos estabelecimentos agropecuários nos municípios de São Luiz Gonzaga e Constantina.

Tabela 2 – Gerência das propriedades agropecuárias dos municípios

| Classe de idade       | São Luiz Gonzaga |          |       | Constantina |          |       |
|-----------------------|------------------|----------|-------|-------------|----------|-------|
|                       | Masculino        | Feminino | Total | Homens      | Mulheres | Total |
| Menos de 25 anos      | 7                | 6        | 13    | 7           | 8        | 15    |
| 25 a menos de 35 anos | 68               | 20       | 88    | 58          | 16       | 74    |
| 35 a menos de 45 anos | 144              | 23       | 167   | 104         | 10       | 114   |
| 45 a menos de 55 anos | 266              | 46       | 312   | 223         | 16       | 239   |

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

|                       |      |     |      |     |    |     |
|-----------------------|------|-----|------|-----|----|-----|
| 55 a menos de 65 anos | 345  | 40  | 385  | 225 | 12 | 237 |
| 65 a menos de 75 anos | 183  | 22  | 205  | 108 | 11 | 119 |
| 75 anos e mais        | 76   | 13  | 89   | 23  | 3  | 26  |
| Não se aplica         |      | 6   | 6    | 0   | 0  | 0   |
| Total                 | 1089 | 176 | 1265 | 748 | 76 | 824 |

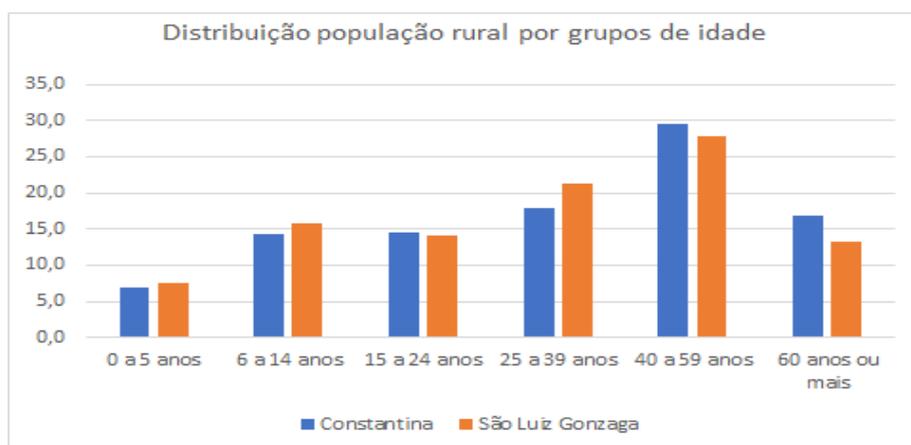
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

É possível perceber que, em ambos os municípios o cargo de gerência está majoritariamente ligado ao sexo masculino. No município de São Luiz Gonzaga, dos 1.265 estabelecimentos agropecuários do município, apenas 13 são gerenciados por jovens abaixo dos 25 anos, sendo 7 estabelecimentos regidos por jovens do sexo masculino e 6 pelo sexo feminino. A maior concentração de proprietários encontra-se na faixa dos 55 a 65 anos (385 estabelecimentos), normalmente o cargo é ocupado pelo pai de família, abrindo caminho para que os mais jovens busquem outras oportunidades além daquelas ofertadas dentro da propriedade de origem, principalmente em relação às propriedades menores. No município de Constatina não é diferente, apesar de possuir mais jovens mulheres na gerência (com menos de 25 anos de idade), a maioria dos estabelecimentos possui homens na gerência das propriedades, principalmente aqueles que possuem também entre 55 e 65 anos de idade. Dessa forma, os dois municípios demarcam uma taxa muito baixa de participação das mulheres no cargo de gerência, assim como, a participação juvenil.

Através das informações já expostas, é possível apresentar um panorama em relação a distribuição populacional rural dos municípios estudados de acordo com a idade. Assim, o Gráfico 3 apresenta um cenário em relação a concentração rural dos municípios de Constantina e São Luiz Gonzaga de acordo com os grupos de idade.

Gráfico 3 - Distribuição população rural por grupos de idade





Fonte: Censo Demográfico (2010).

Em ambos os municípios o delineamento da distribuição populacional segue a mesma lógica, sendo que, há uma maior concentração da população que possui entre 40 e 59 anos, tendo em vista que, estes são normalmente os chefes de família que ainda permanecem na propriedade, assim como, os aposentados que possuem mais de 60 anos. Em contrapartida, verifica-se um índice mais baixo de população jovem, principalmente aqueles que possuem entre 15 e 24 anos de idade. Tal dado está de acordo com o que vem sendo apresentado pela literatura, tendo em vista que a população mais jovem é a que mais migra em busca de melhores oportunidades, principalmente em relação a independência. Carneiro (2004) destaca que a proximidade com a cidade faz com que o jovem rural viva uma ambiguidade, a qual se impõe a partir da manutenção dos laços com a sua origem, e as influências que sofrem a partir das interações que possuem com a cultura urbana e “moderna”, o que auxilia na modificação de suas perspectivas do que deseja para o futuro. Stropasolas (2006) considera que os jovens, apesar da busca pela mudança de vida, a partir da procura de melhores condições nas cidades, também mantêm um forte vínculo de identidade cultural com um *ethos*, identificado na procura regular, nos finais de semana, e pela sociabilidade das comunidades rurais.

Além disso, a Tabela 3 expõe os dados em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, assim como, o vínculo que estes possuem com o produtor. Percebe-se que em ambos os municípios a maioria do pessoal ocupado possui laços de parentesco com o produtor dono do estabelecimento, isso ocorre devido ao fato da maioria dos estabelecimentos serem de âmbito familiar. Todavia, em alguns casos é possível perceber a ocupação de pessoas sem laços de parentesco, normalmente ligadas

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

a propriedades maiores que necessitam de mais mão-de-obra, principalmente relação ao plantio temporário, exigem um nível de trabalho maior pela quantidade de hectares disponíveis para cultivo.

Tabela 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários e vínculos com o produtor

|                  | Total | Com laços de parentesco (Total) | Sem laços de parentesco (Total) | Sem laços de parentesco - Permanentes | Sem laços de parentesco - Temporários | Sem laços de parentesco - Parceiros |
|------------------|-------|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|-------------------------------------|
| Constantina      | 2657  | 2269                            | 388                             | 37                                    | 316                                   | 35                                  |
| São Luiz Gonzaga | 2993  | 2368                            | 625                             | 399                                   | 180                                   | 46                                  |

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017).

Para as pequenas propriedades se torna mais difícil a produção de lavouras, tendo em vista que a quantidade de área disponível não é capaz de suprir com as despesas de toda a família. Apesar de persistirem na atividade, os estabelecimentos menores acabam as vezes optando pelo ganho econômico de outras fontes, ou até mesmo pela diversificação produtiva na própria propriedade. Todavia, não descarta o fato de a migração ainda ser um ponto visível, principalmente relacionado aos jovens filhos dos produtores, pois como foi dito anteriormente, hoje a relação entre o novo rural e o urbano possibilita uma interação que antes não era viável, ou pelo menos não se imaginava entre os dois espaços.

Sendo assim, a família que persiste na agricultura familiar terá que utilizar diferentes estratégias de persistência. Em primeiro lugar, é relevante considerar a unidade familiar de forma extensa, ou seja, pai, mãe, filhos, a família dos filhos, tendo em vista que o casamento não significa um rompimento com os pais. Em certos casos os filhos dos agricultores familiares casam e permanecem na mesma propriedade, dividindo a terra. Quando acontece a migração, mesmo casados continuam a ajudar os pais. Desse modo, as estratégias para a reprodução da família se situa no local e fora. A existência de alternativas de trabalho fora, pode relativizar o engajamento nos trabalhos complementares no próprio local (MENEZES, 1994).

Menezes (1994) ainda complementa que além das alternativas de trabalho situadas na própria agricultura familiar, existe ainda a possibilidade de se dedicar também a um “negócio”, ou seja, ter um rendimento através de comércios de pequeno

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

porte. Em relação aos trabalhadores, pode-se dizer que esta atividade é geralmente praticada por pequenos proprietários, os moradores rurais raramente se voltam a algum tipo de comércio. Além disso, muitas vezes as atividades comerciais melhoram de maneira significativa as condições de reprodução dos pequenos proprietários, já que em muitos casos, a saída de alguns membros essenciais no trabalho causa a necessidade de a família precisar aderir a outros meios de geração de renda.

É a partir desta perspectiva que se encontram muitas discussões, pois é possível determinar que as condições do agricultor familiar possuem certas delimitações à sua permanência como produtor, assim, estes buscam através de diversas formas mantarem-se integrados na sociedade. Sair do meio rural é uma opção em muitos os casos, apesar de manterem suas raízes e sua identidade, acabam impactando a estruturação do meio rural de alguma forma, seja benéfica ou negativamente. Referindo-se ao Brasil, no contexto atual encontram-se diversos estudos que afirmam a existência de situações de vulnerabilidade econômica e social na agricultura familiar, destacando-se as dificuldades, a pobreza no campo, a dificuldade de acesso aos bens e serviços, a falta de sucessão familiar, além dos fatores econômicos, tais como as dificuldades de acesso aos mercados (AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2016).

Além disso, outros estudos buscam abordar sobre o tema da reprodução social da agricultura familiar e consideram fatores como a autonomia e o papel da produção de alimentos para o autoconsumo, além da a pluriatividade como estratégia de viabilizar e estimular a permanência no campo (SCHNEIDER, 2001). Apesar das distintas e diversas abordagens existentes, todas essas discussões apontam para a problemática da vulnerabilidade da agricultura familiar como uma forma de subsistência no Brasil, sendo essas decorrentes pela forma como o capitalismo se desenvolveu e se estabeleceu nesta classe. Mediante a isso, como consequência ligada diretamente às vulnerabilidades e dificuldades de reprodução social, é possível perceber fenômenos demográficos de esvaziamento de regiões rurais, além do envelhecimento e da masculinização da população rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Por fim, afirma-se que a agricultura de modo geral sofreu transformações, as quais representam a sua adequação ao sistema capitalista. O ponto relevante das mudanças acontecidas nas últimas décadas foi o processo de industrialização, neste sentido, a agricultura também transitou por um procedimento de industrialização, onde este processo impôs aos agricultores familiares, organizados através do trabalho familiar

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

uma série de tentativas de adequação a estes acontecimentos (SILVA et al., 1983). Guanzioli et al. (2001) explicam que, a grande massa dos produtores familiares que permaneceram no campo e não se integraram às atividades agroindustriais possuem duas alternativas de sobrevivência: continuar no espaço disponível no meio rural, intensificando a produção e complementando a renda com ocupações agrícolas ou procurar novas oportunidades no meio urbano através de atividades não agrícolas capazes de garantir a sua subsistência e a de sua família.

### **A MIGRAÇÃO COMO ALTERNATIVA DE MELHORIA**

Dos estudos sobre as migrações no meio rural, segundo Desconsi (2009), o ponto que sempre ganha mais destaque é o que convencionalmente se chama de êxodo rural, seguido em geral da busca para entender e agir mediante a esta saída, seja a saída da família como um todo, ou apenas de uma parcela, principalmente os jovens. O autor destaca que em sua vivência na região Noroeste do Rio Grande do Sul, desde muito cedo, foi possível presenciar no dia-a-dia das pessoas o questionamento entre ficar ou sair do meio rural, seja em direção às cidades maiores do estado, até mesmo para outros estados como Paraná, Mato Grosso e Goiás, os quais conforme as condições em cada ano, se apresentavam como possibilidades aos moradores rurais.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o Rio Grande do Sul possuía 839.237 mil pessoas relacionadas a migração, sendo 108.336 mil migrantes da zona rural. Os dados nos fazem deduzir que tais moradores saíram de seu local de origem em busca de melhores oportunidades em outros estados. Destrinchando ainda mais os dados, é possível perceber que deste público rural 55.071 pessoas são do sexo masculino e 53.266 pessoas são do sexo feminino. Apesar dos estudos demonstrarem que o sexo feminino do meio rural é o que mais migra, os dados demonstram que neste caso a predominância de migração é do sexo masculino. Ainda, se analisarmos a população do Mato Grosso de 3.035.122 milhões de pessoas (de acordo ainda com o Censo de 2010), sendo este um dos estados que mais recebe migrantes sulistas, há um grande grupo de vindos do da região Sul (o que inclui o Rio Grande do Sul), tendo em vista que estes somam 376.162 mil pessoas, ou seja, cerca de 12,39% da população do estado provém da região Sul.

Direcionando a pesquisa ao município de São Luiz Gonzaga, os dados do IBGE (2010) demonstram que o município possuía um número de 3.021 mil migrantes, sendo

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



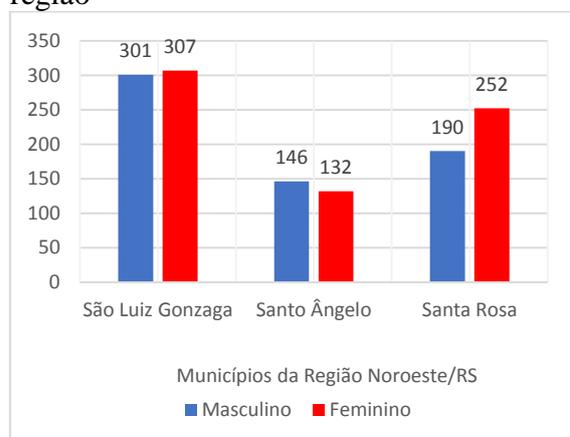
Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

que, 608 destas pertenciam ao meio rural. Se levarmos em consideração a população estimada do município em 2020 (33.293 habitantes), é possível perceber que houve uma redução no número de moradores, já que no Censo de 2010 haviam sido contabilizados 34.556 habitantes. Com isso, há a tendência de também ter aumentado o índice migratório, tendo em vista que a interação entre o urbano e o rural encontra-se cada vez mais forte.

Em relação ao município de Constantina, os dados do Censo de 2010 apresentam que o município possuía cerca de 794 migrantes, sendo que, 220 são migrantes do meio rural, ou seja, 27,71% dos migrantes do município saem do meio rural em busca de oportunidades melhores. Além disso, o índice de busca pela qualificação profissional entre os habitantes do campo também cresceu, fazendo com que principalmente o público jovem busque oportunidades em cidades maiores e em outros estados, como visto anteriormente.

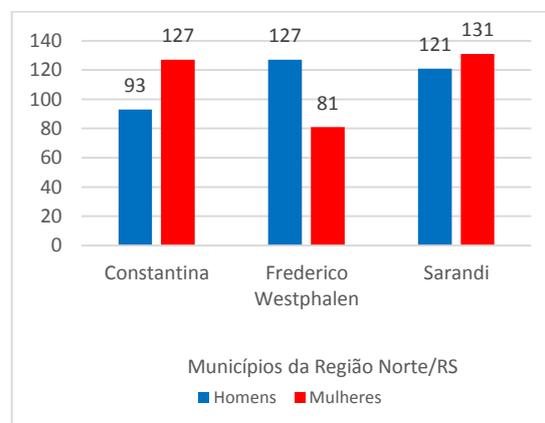
O Gráfico 4 demonstra a migração rural no município de São Luiz Gonzaga em relação aos sexos e em comparação com outros municípios maiores da região. Diferentemente dos dados em nível estadual, o município possui uma maior taxa de migração rural por parte do sexo feminino, apesar de ser em pequena escala. Sendo assim, é possível perceber que dos 608 migrantes do meio rural, 307 são do sexo feminino e 301 são do sexo masculino.

Gráfico 4 – Migração rural dos sexos masculino e feminino no município de São Luiz Gonzaga/RS e municípios da região



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Gráfico 5 – Migração rural dos sexos masculino e feminino no município de Constantina/RS e municípios da região



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).



O gráfico demonstra que o índice de migração do meio rural é expressivo, principalmente levando em consideração o número populacional do município, ou se considerar outros municípios vizinhos de maiores proporções, como por exemplo Santo Ângelo, que possui uma população de 77.568 mil habitantes e apenas 278 migrantes rurais, sendo 146 do sexo masculino e 132 do sexo feminino, assim como Santa Rosa, que possui cerca de 68. 587 mil habitantes, e 442 migrantes rurais (190 do sexo masculino e 252 do sexo feminino). O nível de migrantes do município de São Luiz Gonzaga, principalmente relacionado ao sexo feminino, pode estar ligado ao que já vem sido evidenciado em diversos estudos, tendo em vista que hoje as mulheres do meio rural são as que mais procuram por qualificação profissional e meios de melhoria de vida, devido ao seu histórico de inferioridade no campo.

Da mesma forma, o Gráfico 5 apresenta o índice migratório do município de Constantina em comparação com seus municípios vizinhos. É possível perceber que Constantina possui um número maior de migrantes do sexo feminino, além disso, o número de migrantes totais é bastante expressivo se comparado com o município de Frederico Westphalen que possui uma população estimada de cerca de 31.675 mil habitantes, já que Constantina possui uma população estimada de 9.903 mil habitantes, todavia, o número de migrações rurais de Frederico Westphalen é menor do que de Constantina. Do mesmo modo, Sarandi também é um município maior que Constantina, pois possui uma população estimada com cerca de 25.024 mil habitantes, todavia, o número de migrantes rurais não é tão excedente. Como mencionando anteriormente, diversos fatores levam a migração rural, principalmente em relação aos jovens e em especial às mulheres.

Um estudo realizado por Tiherrro (2019) com jovens rurais graduandos, no município de Cerro Largo, sendo este um município vizinho de São Luiz Gonzaga, ressalta o fato de que uma grande parcela das jovens moças não está em seu município de origem, pois migraram para onde fica localizada a universidade. Esta ação foi estabelecida como forma de efetuar uma melhor dedicação aos estudos, além de conquistar novos espaços. Destaca-se que 61% das jovens moças não pretendem retornar ao meio rural após a sua formação, visto que a cidade é visualizada como mais atrativa e vantajosa. Apesar disso, o vínculo que é mantido com a família, amigos, comunidade, fazem com que alguns jovens (tanto masculinos quanto femininos) pensem



em retornar ou manter um vínculo próximo com o ambiente de origem, ou seja, o meio rural.

Bartra (2013) trata esta situação levando em consideração o novo rural e como acontecem as relações com o meio urbano, desse modo, o autor considera hoje a existência de um novo camponês, capaz de estar inserido no contexto urbano, formado para enfrentar as diversas condições sociais para assim conseguir sobreviver. Pode-se dizer que a maior socialização camponesa ou da agricultura familiar, ainda se concentra na comunidade agrária, contudo, os mesmos percorrem o país, cruzando as fronteiras nacionais em busca de diversas oportunidades.

Em uma escala doméstica ou não, o camponês segue aprendendo a enxergar com os olhos do capitalismo (BARTRA, 2013). O autor acrescenta que apesar do camponês modificar seu modo de se comportar diante das condições capitais, carrega suas condições originais atreladas, pois as classes não são formadas apenas pela economia, mas também pela socialização e pela cultura. Dessa forma, apesar dos camponeses deixarem a sua economia baseada no trabalho doméstico, migrando ou se aproximando das cidades, os mesmos continuam carregando consigo os seus ideais camponeses.

O próprio surgimento de novas atividades no meio rural, por meio da maior integração e comunicação com o mundo urbano, seja com o aumento do acesso ao transporte público, internet e outros meios de comunicação, contribuíram para o crescimento das atividades não agrícolas por parte dos trabalhadores rurais (SILVA, 2010). O autor acrescenta que as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais familiares do Brasil estariam, cada vez mais, deixando de ser uma responsabilidade que envolve todo o conjunto de membros da família, e passando a integrar apenas poucos membros familiares, geralmente o pai e um dos filhos homens. Por outro lado, ocorre então a tendência do aumento da participação em atividades não agrícolas entre os demais membros que compõem estas famílias.

Estas atividades não agrícolas podem possuir diversas motivações, dentre elas encontram-se o interesse pelos estudos (como já mencionado), principalmente ligado aos jovens, além da busca de uma renda mais equilibrada e menos penosa, entre muitas outras. Como já tratado por Bartra (2013) os camponeses buscam muitas vezes migrar do meio rural, como uma forma de lutar contra a sua exclusão. Dessa forma, conseguem visualizar o urbano de uma forma diferente, integrando-se ao sistema como uma forma de sobrevivência, seja através dos estudos para a qualificação profissional, seja em

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

busca de um emprego que possibilite melhores condições de vida, ou até mesmo como uma forma de auxílio a aqueles que permanecem no meio rural. Todavia, em decorrência destas atividades, o meio rural acaba sofrendo diversas alterações, por exemplo a masculinização e o envelhecimento rural.

Além disso, para aprofundamento das discussões, obteve-se o acesso a um levantamento realizado pela Prefeitura de Constantina com objetivo de recolher depoimentos de cidadãos nascidos naquele município e que hoje residem em outros municípios do RS, outros estados e mesmo fora do país. Os dados coletados pela Prefeitura estão publicados na parte “De Constantina para o mundo” do livro “*Crianças constantinenses escrevendo histórias*” (CONSTANTINA, 2020) e são referentes a 53 casos de migrantes daquele município, sendo 28 deles de famílias de origem rural e 25 urbanas. A reflexão sobre estes dados se torna interessante para observar algumas características destes migrantes, os locais onde residem atualmente e as ocupações que passaram a ter nestes locais. Desse modo, o Gráfico 6 demonstra a formação dos indivíduos migrantes do município de Constantina.

Inicialmente, chama atenção nos dados dos migrantes, a alta qualificação destes. Conforme o gráfico, 83% têm formação universitária, sendo que 55% tem curso superior completo ou incompleto, 7% tem mestrado ou cursa mestrado e 21% são doutores ou doutorandos. Desse modo, é possível constatar que a grande maioria do pessoal que migrou foi em busca de melhores condições de estudo e qualificação, uma vez que, continuar no município talvez não fosse a melhor opção para quem almejava um maior nível de qualificação. Tal informação já é bastante evidenciada em diversos estudos já realizados (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; STROPASOLAS, 2006; PICOLOTTO; MARIN, 2018), tendo em vista que, a busca pelos estudos é considerada um dos grandes fatores migratórios.

Apesar disso, alguns autores destacam outros motivos que podem levar os membros de famílias rurais a migrarem. Alves, Souza e Marra (2011) destacam alguns fatores que contribuem para que os agricultores familiares busquem novas oportunidades além do meio rural, como forma de integração social e econômica. Segundo os autores, alguns fatores repulsivos encontrados no meio rural contribuem para esta condição, sendo eles: o reduzido poder de compra da população rural; os baixos salários; as dificuldades de acesso ao ensino; a degradação dos recursos naturais devido ao manejo impróprio; a má qualidade dos projetos e serviços institucionais.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.

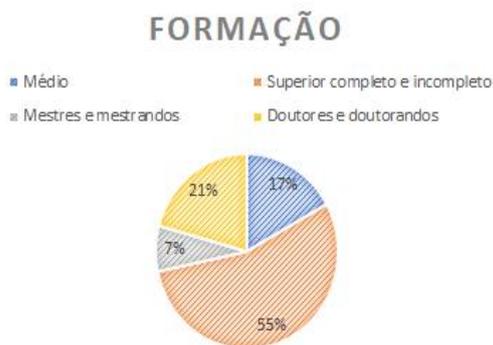


Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Além disso, destacam-se os fatores referentes aos atrativos nas cidades, os quais são: a melhoria da qualidade de vida, relacionada à melhor educação, aos melhores empregos, também ao melhor atendimento relacionado aos serviços de saúde, além da igualdade e da maior participação das mulheres na realização das atividades.

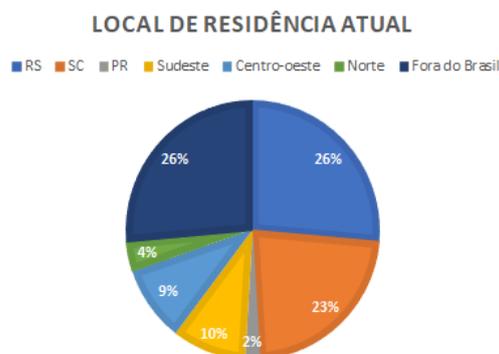
Ademais, o Gráfico 7 demonstra onde estão localizados atualmente os moradores que migraram do município de Constantina. Os dados evidenciam que 51% moram nos estados da região sul do Brasil, notadamente no RS (26%) e SC (23%), 10% residem na região Sudeste, 9% no Centro-oeste, 4% no Norte e 26% dos migrantes residem no exterior, em países da Europa (5 casos), América do Norte (5), Oriente Médio (2), África (1) e Oceania (1). Muitos destes migrantes mantêm laços com as famílias e comunidades locais e o sentimento de pertencimento ao local, tal é o ponto que colaboraram com as informações voluntariamente para compor um livro de histórias para o público do município de origem. Como observa Bartra (2013), os novos camponeses são transeuntes, deslocam-se de regiões para regiões do país e para outros países em busca de novas oportunidades e conhecimentos, mas mantêm vínculo com as suas famílias e comunidades de origem.

Gráfico 6 – Formação dos migrantes do município de Constantina/RS



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Gráfico 7 – Local de residência atual dos migrantes de Constantina/RS



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

O Gráfico 8 apresenta as principais ocupações dos indivíduos que migraram do município de Constantina/RS. As ocupações mais frequentes estão relacionadas à educação (professores), profissionais liberais de nível superior, garçons e operadores de caixas, juízes, médicos, empresários, administradores, *housekeeper* (espécie de governanta ou empregada doméstica), entre outros. Como se pode perceber, trata-se de

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

profissionais de inserção em postos de trabalho relativamente bem situados no mundo do trabalho urbano (profissões formalizadas e de bons *status*), bem remunerados, exceto os garçons, operadores de caixas e *housekeeper*.

Gráfico 8 – Principais ocupações dos migrantes do município de Constantina/RS



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Estas migrações deixam suas marcas nos municípios de origem: a concentração da terra entre poucos (como pode ser visualizado nos municípios de São Luiz Gonzaga e Constantina); aumento da mecanização; a extinção da pequena propriedade familiar; o envelhecimento da população do campo; a troca da propriedade rural pelo barraco na cidade (ALVES; SOUZA; MARRA, 2011). Os autores apontam que a decisão de migrar, preferencialmente para a “cidade grande” é, por conseguinte, um resultado causado pelas forças de expulsão e de atração. Somado a isso, encontra-se a presença de políticas públicas dificultosas de acesso no campo, mas que, porém, talvez sejam mais facilmente encontradas na cidade. Outro fator de grande destaque em relação à decisão de migrar refere-se ao gênero e a idade dos indivíduos, pois os jovens, principalmente as moças, são os primeiros a migrarem em busca de oportunidades mais favoráveis (BOESSIO; DOULA, 2016).

Nessa perspectiva, Brumer (2006) considera que dois aspectos são recorrentes na sociologia rural do Brasil e ainda são tratados como problemas não resolvidos, os quais são considerados como entraves para a reprodução social no campo, assim como para programas de desenvolvimento rural: a continuidade da tendência de saída de jovens desmotivados e decepcionados com as atividades agrícolas e que não querem

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

repetir a trajetória dos pais e os problemas no processo de sucessão dos estabelecimentos familiares. A autora acrescenta que um dos grandes fatores do êxodo dos jovens rurais está vinculado as más condições de trabalho atreladas às incertezas de rentabilidade.

Uma das grandes causas que colaboram para o êxodo rural e conseqüentemente, com a inserção dos agricultores familiares no mercado é a dificuldade de sucessão familiar. Abramovay (1998) explica que o processo de sucessão no meio rural é reconhecido como a transferência do patrimônio, principalmente em relação ao poder, entre as gerações. Todavia, o processo de sucessão apresenta grandes dificuldades, principalmente quando se trata dos jovens, já que, estes vivem um confronto em relação às suas escolhas, na medida em que encontram-se divididos entre o desejo de permanecer inseridos no meio rural buscando dar seguimento às atividades desenvolvidas por seus pais e avós, ou a necessidade de ir em busca de melhores oportunidades nas cidades, pois o meio rural apresenta atualmente uma realidade desfavorável nesse sentido (STROPASOLAS, 2014). Na maioria dos casos a escolha por buscar novas oportunidades fora do meio rural prevalece.

Ao mesmo tempo, Menezes (1994) levanta outro ponto importante, na medida em que explica que a migração de alguns membros que compõem a família causa alívio na pressão demográfica que é sentida sobre a terra, além disso, permite que outros membros permaneçam na propriedade. Sendo assim, para os proprietários de pequeno porte a migração de alguns filhos ajuda no atraso da subdivisão da terra, facilitando então a reprodução daqueles que permanecem no local. Através disso, a autora afirma que a migração é uma estratégia utilizada por certos membros da família para enfrentarem o processo de empobrecimento, ao mesmo tempo que desenvolve condições de sobrevivência dos que migram, permitindo contribuir para a subsistência dos membros da família que ficam na origem. Encontram-se alguns aspectos neste sentido: 1) Quando ocorre a migração de alguns membros da família, há o alívio da pressão demográfica sobre a terra, no caso dos pequenos proprietários; 2) Em muitas situações, a ajuda financeira ou com outros tipos de mercadorias, provindos dos filhos que migraram para a cidade grande, acaba se tornando uma das principais fontes de renda dos membros da família que permaneceram no rural.

Em uma pesquisa realizada por Carneiro (1999) contata-se que os jovens, apesar de almejem um padrão de vida melhor e interligado ao estilo urbano modernizado,

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

demonstram também um sentimento de compromisso com a família e com o local de origem, sendo essa uma das contradições presentes no desejo de ter o melhor entre os dois mundos. Essas colocações vão ao encontro ao que Bartra (2013) considera como “novo camponês”, o qual se desvincula do meio rural e ingressa no mercado de trabalho por meio de diversas atividades na busca de melhorias de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração de certos membros das famílias rurais em muitos casos é considerada como uma estratégia utilizada para garantir a reprodução da família, tendo em vista que apenas o ganho derivado da produção no estabelecimento não conseguiria garantir o sustento familiar, tendo que fazer uso de outros tipos de trabalho fora do meio rural. Mediante a precariedade das alternativas oferecidas no local de origem e a possibilidade de melhores condições de trabalho em outros locais, a família ou alguns membros acabam optando pela migração como uma estratégia de sobrevivência, não sendo este visto como êxodo rural, já que, apesar de saírem do campo, ainda mantém um relacionamento com que permanece, ou ainda possuem a possibilidade de retorno em algum momento de sua vida.

O migrante atual é capaz de se inserir no universo fora de seu local de origem, tornando-se um ser social a procura de oportunidades na sociedade, sendo esta uma forma de escape da sua condição atual e da sobrevivência de sua família que ainda permanece no local de origem. Os municípios de São Luiz Gonzaga/RS e Constantina/RS apresentam um índice migratório significativo, principalmente quando comparados com outros municípios maiores de suas regiões. Tal acontecimento pode estar relacionado a diversos fatos, no caso de São Luiz Gonzaga pode ser devido à grande concentração fundiária, já no caso de Constantina, isso pode ocorrer devido a maior procura por qualificação fora do município de origem. Mesmo havendo uma grande quantidade de estabelecimentos, a agricultura familiar (predominante nos municípios) possui uma inexpressiva parcela de terra produtiva, fazendo com que em muitos casos, principalmente em relação aos jovens, a migração seja uma alternativa relevante para a sobrevivência da propriedade familiar, assim como, da subsistência familiar.

Diante disso, pode-se averiguar que apesar dos índices migratórios e da forte concentração fundiária (no caso de São Luiz Gonzaga), os municípios ainda apresentam

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

um número interessante de população rural, considerada majoritariamente provinda da agricultura familiar. Apesar da pouca parcela de terra disponível, os agricultores familiares ainda permanecem tentando adquirir seu espaço. Todavia, o índice migratório é notório, ainda mais se comparado com os municípios vizinhos de Santo Ângelo e Santa Rosa (no caso de São Luiz Gonzaga) e Frederico Westphalen e Sarandi (no caso de Constantina), os quais possuem um número bem mais elevado de habitantes e um menor ou equivalente número de migrantes rurais. A pouca disponibilidade de terras para os agricultores familiares dos municípios contribui com a migração, além disso, a oferta de melhores condições de trabalho e de estudo nos municípios maiores e também em outros estados aguçam principalmente os jovens a deixarem o seu local de origem em busca de oportunidades, como é o caso de Constantina, onde se pode constatar que os migrantes saíram do município em busca de melhores condições de estudo, visto que, a maioria encontra-se pelo menos com o ensino superior completo e em ocupações de *status* elevado.

A migração das mulheres jovens é ainda mais elevada, pois historicamente as mulheres sempre foram menos valorizadas no campo e são as que mais procuram por qualificação e por espaço de atuação fora do meio rural. Vale destacar que as/os migrantes acabam mantendo certos laços com quem permanece na origem, seja uma relação de ajuda ou dependência econômica, ou até mesmo uma relação social e cultural, tendo em vista que os migrantes geralmente recorrem ao seu local de origem para reviver momentos e participar das atividades locais e festejos familiares.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 137-157, 1998. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ALVES, E.; SOUZA, G. S.; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v. 20, n. 2, abr./jun. 2011.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Um retrato do lago podre da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 66-92, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6568/pdf>>. Acesso em: 14 abr. 20201

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

- BARTRA, A. V. **Os Novos Camponeses**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016.
- BRIXIUS, L.; AGUIAR, R.; MORAES, V. A. A força da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, set./dez. 2006.
- BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 7., 2006, Quito (Equador). **Anais...** Quito, 2006.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- CARNEIRO, M J. **Multifuncionalidade da agricultura: práticas alimentares e relações com a natureza**. Projeto de pesquisa, Rio de Janeiro: CPDA, 2004.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. et al. (Org.). **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CONSTANTINA. **Crianças constantinenses escrevendo histórias: nossa gente, nossa história**. Prefeitura Municipal de Constantina/Frederico Westphalen: Litografia Pluma, 2020 (v.III).
- DESCONSI, C. **A marcha dos “pequenos” proprietários rurais no Mato Grosso - um estudo a partir das trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para a microrregião do Alto Teles Pires**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, RJ, 2009.
- DURHAM, E. R. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e Reforma Agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S.P. Sociedade e economia do ‘agronegócio’ no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n.74, 2010.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário - 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pesquisa/23/24007>>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- KAGEYAMA, Â. e BERGAMASCO, S. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. XXVII Congresso da SOBER. **Anais...** Piracicaba, 1989.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998 (v. II).
- LAMARCHE, H. (Org.). **A agricultura familiar: comparação internacional - Uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993. (v.1).
- LERMEN, N. G.; PICOLOTTO, E. L. . Trabalho rural, representação classista e lutas por direitos na produção de maçãs em Vacaria-RS. **Revista da ABET**, v. 19, p. 117-142, 2020.
- MARTÍNEZ VALLE, L. La especificidad de los procesos recientes de proletarización en la sierra ecuatoriana. **Caderno CRH**, 34, e021005, 2021.
- MENEZES, M. A. AS Estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores: o caso das migrações. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.12, p. 17-37, jan. 1994.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

- MENEZES, M.A.; COVER, M. Trabalhadores migrantes nos canaviais do Estado de São Paulo: formas de resistências e movimentos espontâneos. In: Alberto Riella y Paola Mascheroni. (Org.). **Assalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2015: 213-236.
- PAIVA, C. Á. N. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?**. Porto Alegre: FEE, 2004.
- PICOLOTTO, E.L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.
- PICOLOTTO, E.L.; MARIN, J.B. **Juventude Rural**: estudo na região Central do Rio Grande do Sul. 1. ed. Rio de Janeiro: Bonecker, 2018. 100p.
- PLOEG, van der J. D. *Camponeses e impérios alimentares*: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS. 2008.
- RIELLA, a.; MASCHERONI, P. Introducción. In: **Assalariados rurales en América Latina**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2015.
- SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. 1. ed. Brasília: EMBRAPA, 2009. v. 1. 73p.
- SAYAD, A. **A imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, n. 16, p. 164-184, abr. 2001. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/191>>. Acesso em: 15 abr. 2021
- SILVA, J. F. G. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, J. G., VIERIA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, DF: IPEA, 2010, p. 157-84.
- SILVA, J. G. et al. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 3, n. 4, out./dez. 1983.
- SILVA, M. A. M.; VERÇOZA, L. V. (Org.). **Vidas tejidas al reverso de la historia**. Estudios sobre el trabajo en los cañaverales y los campos de flores en Brasil. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2020. v. 1. 263p.
- SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2006.
- STROPASOLAS, V. L. Os dilemas da juventude no processo decisório da agricultura familiar. In: RENK, A.; DORIGON, C. (Org.). **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014. p. 139-162.
- TIHERRO, R. M. **Jovens estudantes de graduação**: fatores que influenciam sua permanência ou evasão do meio rural. 2019. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2019.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 15, n.1, pag. 87-145, out. 2000.
- WANDERLEY, M.N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003, pp. 42-61.
- WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v31i57.6738> | Edição Vol. 31, Núm. 57, 2022.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.